

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES E EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JULIANA STALLBAUM VOGT

**A ATUAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Santa Rosa, RS

2019

JULIANA STALLBAUM VOGT

**A ATUAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul – UNIJUI - Departamento
de Humanidades e Educação no curso de
Pedagogia como requisito parcial à obtenção do
grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Marta Estela Borgmann

Santa Rosa, RS

2019

RESUMO

Este estudo aborda o tema sobre inclusão escolar e os desafios da atuação docente no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. O que motivou a escolha desse tema foi a experiência profissional que construí durante a monitoria de dois alunos com TEA na escola regular, os quais foram base para caracterizar as singularidades desse transtorno. O TEA foi descoberto gradualmente pela sociedade, contando com esforços de profissionais de diferentes áreas, porém, até sua caracterização atual foi preciso muitos estudos e pesquisas, as quais ainda acontecem atualmente. Compreendo que a educação é um direito de todos, sendo amparadas por leis e decretos. Sujeitos com autismo possuem condição de efetivar sua matrícula em qualquer instituição de ensino, preferencialmente nas escolas regulares. Para que isso aconteça temos a Lei 12.764/12 que institui diretrizes para que as pessoas com autismo tenham acesso às mesmas condições de vida em sociedade, diminuindo preconceitos e valorizando as diferenças. No sentido de refletir sobre essa temática objetivo verificar como os professores elaboram e desenvolvem suas práticas pedagógicas com alunos com TEA, bem como o papel dos monitores em sala de aula neste processo. Realizei uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Nesta realizei uma entrevista com a monitora de um aluno com autismo e a professora, bem como observação da atuação docente, ambos em uma turma de Educação Infantil em uma escola regular da rede privada que possui um aluno com autismo matriculado. Considero que a inclusão somente irá acontecer quando a sociedade, a escola e os professores compreenderem que é preciso conhecer sobre o transtorno, investindo em políticas públicas e formações continuadas para os professores, criando condições de acesso, permanência para o desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos.

Palavras - chave: Inclusão. Transtorno de Espectro Autista. Professor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de nascer e viver. O início da minha história aqui na Terra começou através de sua Graça. Obrigada meu Deus por me permitir viver esse momento e estar ao meu lado sempre, e na maioria das vezes sem eu pedir.

Agradeço em especial aos meus pais Carmo Inácio Scherer Vogt e Loreni Fenner Stallbaum por me incentivarem a estudar, a correr junto comigo nessa jornada, e também financiar esse sonho. Obrigada por tudo o que fizeram e fazem por mim! Amo muito vocês.

Ao meu namorado Mauricio Balkau por acreditar que eu sempre seria capaz. E fui! Por todas vezes que me buscou na Unijuí e em estágios da graduação, correndo junto comigo em busca de me tornar uma profissional.

Agradeço a instituição de ensino onde desempenhei minhas funções de auxiliar pedagógica, a qual oportunizou ampliar minha pesquisa, abrindo as portas da sala de aula em que este estudo se baseou.

Agradeço a todos os professores da Unijuí por ministrar seus conhecimentos e ampliar nossos horizontes no mundo da educação. Em especial a minha orientadora Marta Estela Borgmann por ter acreditado no meu potencial e abraçar junto comigo esse estudo. Suas inspirações e incentivos foram fundamentais para a realização deste trabalho.

A todos o meu mais profundo e sincero, Muito Obrigada!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso, primeiramente, a Deus, pois foi Ele quem tornou tudo isso possível. Através de sua graça me ajudou e tornou esse processo muito gratificante, encorajando-me a enfrentar os obstáculos durante o caminho.

Aos meus pais que foram os grandes incentivadores, que, com muito carinho, amor, paciência e dedicação estiveram ao meu lado em cada momento, manifestando seu total apoio para tudo quanto fosse necessário.

Dedico à minha orientadora Marta Estela Borgmann que esteve comigo em cada passo, dedicando seu tempo e conhecimentos para que pudesse desenvolver este estudo.

Dedico, também, a todos os familiares e amigos que de uma forma ou outra manifestaram sua alegria em compartilhar comigo um momento tão único e especial quanto o desenvolvimento deste estudo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 SINGULARIDADE(S): EXPERIÊNCIAS QUE IDENTIFICAM OS SUJEITOS	8
2.1 UMA VIAGEM NA HISTÓRIA DO AUTISMO	12
3 INCLUSÃO ESCOLAR: AÇÕES E CONCEPÇÕES	16
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	17
3.2 DA ESPERANÇA À REALIDADE: A LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA	20
4 FORMAÇÃO PARA ATUAR COM ALUNOS COM TEA	24
4.1 A ATUAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão escolar vem sendo cada vez mais discutido em todos os níveis e modalidades da educação. No atual cenário temos leis e políticas públicas que garantem a educação das pessoas com deficiência, neste caso, as pessoas com transtorno do espectro autista, preferencialmente no ensino regular. No entanto, torna-se necessário que as escolas façam o exercício de rever seus projetos e práticas pedagógicas constantemente para que todos os alunos tenham condições de efetuar sua aprendizagem.

O interesse dessa pesquisa surgiu das experiências pessoais de acompanhamento de alunos com TEA - Transtorno do Espectro Autista como monitoria em uma sala de aula no Ensino Fundamental da Educação Básica. Estas, por sua vez, provocaram-me inquietações acerca do papel do professor no processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos, pois não basta comprovar que as pessoas com TEA estão sendo amparadas pela lei, possuindo um(a) monitora dentro da sala de aula. Sendo assim, vejo a necessidade de refletir sobre a formação docente dos professores para desenvolver seu trabalho pedagógico de forma inclusiva, contribuindo na aquisição de sentidos para a vida destes sujeitos.

A escola é um cenário onde emerge a diversidade humana. É nela que todas as crianças irão interagir com outras crianças fora do ambiente familiar iniciando pela educação infantil. E neste cenário temos crianças de todos os tipos, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Síndrome de Down, Deficientes Físicos, Visuais, Auditivos, intelectuais, TEA, entre outros. O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que já está presente desde o nascimento do bebê, o qual pode ser diagnosticado antes dos três anos de idade. As principais áreas afetadas são a comunicação e comportamento. No entanto, é crescente o número de crianças que apresentam esse transtorno, bem como sua inclusão no ambiente da escola regular. Com isso, faz-se necessário buscar por uma formação que atenda às contingências da sala de aula, visando superar as dificuldades e propiciar aos alunos uma formação mais humana e que respeite as diferenças.

Essa pesquisa, bibliográfica e de campo, pretende, através das observações realizadas em uma escola, na sala de aula e entrevistas, refletir sobre o cotidiano escolar e a atuação de um professor de Educação Infantil e seu monitor com um aluno que apresenta o diagnóstico de TEA. Nas entrevistas com o professor, pretende-se analisar as concepções e práticas educativas que permeiam o processo de inclusão. Conhecer se os professores possuem conhecimento real do transtorno, se escola possibilita o acesso e sua permanência na escola de forma efetiva, como

é pensada e elaborada as ações que propiciam sua aprendizagem, quais as dificuldades encontradas em meio a esse processo e de que forma a professora busca superar os desafios.

Trabalhar com alunos com este transtorno requer da escola comprometimento do professor em suas práticas pedagógicas. Ele precisa aprender sobre o mundo singular desses sujeitos, os quais são únicos em sua forma de ser e sentir o meio em que está inserido. O professor é o principal agente transformador dentro da sala de aula, junto com o monitor, os quais precisam buscar conhecimento e construir juntos ações inclusivas, criando condições de aprendizagem para crianças com esse transtorno.

Este trabalho de conclusão está organizado da seguinte forma. No primeiro capítulo explicito os conceitos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, juntamente com suas principais características relacionadas através da experiência pessoal como monitora na escola regular, as quais foram minha motivação para a realização deste estudo. Abordo, também, sobre contexto histórico das pesquisas realizadas.

O segundo capítulo debate os aspectos legais em numa dimensão ampla o sentido da inclusão, em virtude de ser uma emergência contingente das escolas regulares, conhecendo e tornando real sua aplicação no cotidiano das aprendizagens. Logo, retrato sobre a lei específica para esses sujeitos que é bastante recente e garante direitos fundamentais para a escolarização dos sujeitos com autismo.

No terceiro capítulo exponho os resultados das observações e entrevistas realizadas com a monitora e professora regente de um aluno com autismo na Educação Infantil contrapondo com estudos e pesquisas atuais, trazendo suas contribuições, bem como os processos de aprendizagem realizados nesse nível de escolarização. Reflito sobre o papel do professor para a inclusão escolar, abordando sua formação inicial e continuada para trabalhar com sujeitos com TEA.

A pesquisa amplia nosso olhar sobre as concepções de inclusão escolar que temos. Um sujeito com autismo precisa sentir-se acolhido e parte integrante de uma instituição regular. A escola, como um espaço que tem como objetivo a formação humanizada precisa contribuir com esse processo revendo concepções e garantindo formação continuada para os professores e comunidade escolar.

2 SINGULARIDADE(S): EXPERIÊNCIAS QUE IDENTIFICAM OS SUJEITOS

Quando iniciamos nossa graduação sonhamos em trabalhar na área em que dedicamos esforços para nos tornar bons profissionais, e a Pedagogia nos possibilita campos amplos de atuação, como gestão educacional e empresarial, professor de Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial, disciplinas didáticas do Curso Normal e Aproveitamento de Estudos, e em instituições não escolares.

O ingresso em um curso de graduação nos permite, a partir do segundo semestre do curso, fazer estágios não-obrigatórios em escolas como experiência de monitoria. Foi assim que fui selecionada para atuar como monitora numa escola de Educação Básica da rede privada no 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No ano seguinte, fui desafiada a uma nova experiência juntamente com um aluno com autismo no 8º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, e essa, sem dúvidas foi o que impulsionou mais precisamente a realização desta pesquisa. No entanto, precisava saber quem eram esses sujeitos com autismo? Como esse transtorno afeta suas vidas? E foi aí que iniciou minha jornada de estudos.

Este capítulo apresenta os conceitos relacionados ao transtorno do Espectro Autista, juntamente com suas principais características, evidenciadas literalmente nos sujeitos que fazem parte da pesquisa através da minha convivência no cotidiano escolar como monitora em sala de aula. Abordo sobre o contexto histórico das pesquisas realizadas, as primeiras concepções e achados sobre o transtorno até os dias de hoje. Para apresentá-los atribuirei nomes fictícios: Marcos para o menino que acompanhei pela primeira vez, e Carlos para o menino da segunda experiência.

A palavra autismo deriva do grego e da junção de duas palavras: *autos* que significa em si mesmo e *ismo* que significa voltado para, ou seja, o termo *autismo* significa “voltado para si mesmo” (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 159).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), diante dos inúmeros estudos que foram feitos, passou por muitas (re)configurações até chegar na concepção que temos hoje, mas foi na quinta edição do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais) que designado como um transtorno do neurodesenvolvimento. De acordo com o DSM-V (2014, p. 809)

O transtorno do espectro autista engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades.

Ainda segundo o DSM-V o transtorno do espectro autista pode ser classificado em leve, moderado e grave. As características para esses grupos não variam muito, porém manifestam-se com particularidades para cada indivíduo. É a partir dessa ideia de gravidade que se origina a nomenclatura **espectro**, o qual significa existir situações distintas uma das outras, mas que podem ser classificadas e diferenciadas de acordo com a sua gravidade.

O isolamento social é uma característica que se manifesta de diversas formas, porém, “as crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto” (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 25). Assim era Marcos, um menino quieto - verbalmente, sensível aos barulhos dos corredores da escola, ansioso pela busca de ser bom em tudo que fazia, e que não conseguia manter laços de amizades duradouros devido sua interação social com os demais colegas ser restrita e, também, comprometida por crises de agressividade. Ao chegar na escola, ir para o recreio e na saída no fim do dia, Marcos não travava diálogos sobre fatos ocorridos com os demais sujeitos, e isso não era um problema que precisava de uma solução.

Marcos era um menino de 10 anos que frequentava o 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Quando chegava na escola gostava de ir para o campo de futebol trocar alguns passes de bola com seus colegas, mas nem sempre tudo saía como esperava, aí vinham as frustrações, momentos em que era desafiado a controlar suas emoções. Não conversava muito em sala de aula, apenas quando era solicitado seu nome. Demonstrava resistência em experimentar novos lanches, o qual manifestava seus desgostos em alimentos de origem animal, alegando profunda tristeza por ter que afetar a vida de um animal. No entanto, é um menino que gosta de estudar e estar na escola adquirindo novos conhecimentos.

O TEA, conforme mencionado no DSM-V (2014), tem como as principais áreas afetadas a comunicação e interação social. O sujeito não consegue compartilhar seus desejos e necessidades, e a fala, ou seja, a linguagem é restrita. Porém, o grau com que esse sintoma irá apresentar-se depende é diferente para cada indivíduo, podendo ser de forma leve, moderada e grave. Segundo Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 89) as pessoas com autismo “têm dificuldade de compartilhar momentos ou interesses com outras pessoas. Por exemplo: não mostram um presente novo espontaneamente não apontam algo que os pais possam ver, não fazem questão de se engajar em atividades em grupo”.

Ainda sobre a disfunção social, há uma grande dificuldade em estabelecer contato visual direto com seus pares. Suas interações com os outros não acontecem de forma prolongada e

espontânea, os quais utilizam-se de outros mecanismos na busca por interagir com os demais, como risos.

A sensibilidade aos barulhos produzidos na escola, como o sinal para troca de professor, manifestava-se através das mãos sendo colocadas nos ouvidos e uma agitação do corpo até cessar o barulho. Essa situação deve-se devido ao desconforto sensorial diante a sons altos, visto que as mãos representam uma tentativa de diminuir os efeitos do som em seu organismo.

Nas atividades de interpretação e argumentação, Marcos demonstrava muita objeção em expor seus pensamentos e posicionar-se sobre assuntos com sua opinião. Ele trabalhava na perspectiva da concretude dos fatos. Isso acontece devido à hostilidade de imaginar situações que não aconteceram ou que estão fora do seu contexto, principalmente quando se trata de algo subjetivo, em que possam haver mais de uma resposta para a mesma pergunta. Os sujeitos com essa deficiência possuem “dificuldade no entendimento de ironias. Muitas vezes não entendem piadas ou frases com duplo sentido. [...] Pensamento concreto. Dificuldade de entender o sentido das coisas ou de palavras que não são palpáveis, por exemplo “pensar, “sofrer”, “tristeza”” (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 91, 93).

Em alguns momentos do dia apresentava movimentos estereotipados e aparentemente sem razão alguma para a ocasião. Piscava um olho, emitia sons com a boca, levantava da cadeira para fazer movimentos e produzia diferentes contrações no rosto. Gostava de ter seu material sempre organizado, e mantinha seus lápis cotidianamente na mesma posição. Quando algo saía de seu controle havia muita inquietação, como choros e auto agressões, o qual batia fortemente com as mãos na cabeça e não manifestava dor pelo ato.

Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.92) afirmam que as disfunções comportamentais apresentam-se na forma de

Apego à rotina. Tendências a fazerem as coisas sempre do mesmo jeito, independente de ser a maneira mais funcional ou não. Também demonstram manias. Movimentos estereotipados, por exemplo, balançar o corpo, bater palmas, agitar ou torcer as mãos ou dedos, e dar pulinhos. [...] Medo de mudanças. Estruturam as coisas de uma maneira fixa e ficam angustiadas e ansiosas com uma simples mudança de lugar dos móveis, ou sem suas rotinas. Autoagressão. Algumas crianças podem se morder, se bater com o corpo ou a cabeça na parede, sem reclamar de dor.

Mantoam (2006) já afirmava que não é possível ser igual em tudo. Desse modo, na próxima experiência de monitoria que tive foi um pouco diferente, pois Carlos era um adolescente com autismo que frequentava a mesma instituição de Marcos. Suas características relacionadas ao transtorno eram basicamente as mesmas, porém diferenciavam-se em sua gravidade e complexidade.

Carlos na singularidade do transtorno apresentava ingenuidade em suas ações e palavras. Acreditava em tudo o que lhe diziam, o qual muitas vezes era enganado por seus colegas. Sua interação social com os indivíduos a sua volta não apresentava rupturas, porém havia interesse por participar e travar diálogos com grupos específicos de colegas. No entanto, era um garoto descobrindo suas primeiras experiências da adolescência.

No ano em que acompanhei-o tinha 14 anos de idade, deixando de lado desejos da infância e conhecendo desejos que lhe acompanharão por um longo período de sua vida. Sua semana era dividida no início com entusiasmo e finalização com episódios de sono durante as aulas. Gostava de argumentar todos os fatos ao seu redor, bem como participar de todas as atividades que envolvesse alunos da turma. Porém, suas limitações esbarravam em sua inocência em compreender determinados acontecimentos, dificultando seu processo de socialização.

Suas manifestações da língua eram limitadas. Apresentava o incessante desejo de falar e expor suas opiniões, mas a linguagem era acompanhada por um distúrbio na fala, a gagueira. O repertório de palavras que possuía, mais fonemas do que letras, propriamente era um obstáculo no cotidiano das aulas, pois lia conforme pronunciava o som das letras, exemplo: a palavra “táxi”. Unidades sonoras previstas t/á/k/s/i, porém sua pronuncia por ele ocorria t/á/c/h/i.

Seus interesses estavam fixados na literatura, o qual estava sempre com livros novos para ler. Não havia desejo maior do que adquirir um livro novo. Todos os dias trazia o mesmo tipo de bebida para consumir, chá de camomila. Não conseguia manter atenção em algum assunto ou objeto por períodos longos, distraíndo-se facilmente e procurando novas alternativas de preencher o tempo. Nas aulas de Educação Física expressava a ausência de habilidades motoras, como segurar, bater e lançar uma bola. Também não gostava de atividades que relacionassem a reprodução de desenhos, negligenciando aptidões para serem desenvolvidas.

Com base nos escritos de Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.90 - 93) é possível destacar e enfatizar algumas situações nas manifestações do autismo no que se refere à socialização, comunicação e comportamentos

Dificuldades no desenvolvimento da linguagem falada. [...] Ingenuidade. Não conseguem avaliar segundas intenções e podem ser enganadas por pessoas maldosas. Crianças e até muitos adultos com autismo não são hábeis para mentir, dissimular, enganar ou falar palavras que não expressam a verdade. São extremamente sinceras e apresentam sérias dificuldades ou até mesmo impossibilidade de utilizar pequenas mentiras diplomáticas. [...] Tem interesses restritos [...] Sempre de maneira muito aprofundada e detalhista. Período curto de atenção. Tendem a se manter pouco tempo em uma atividade. Dificuldade de coordenação motora fina [...]

Dessa forma, precisamos compreender que as características da tríade de sintomas serão basicamente as mesmas, porém, irão diferenciar-se no grau em que se apresentam nos indivíduos. O autismo não é uma doença, pois esta, por sua vez, não demonstra casos de cura, o qual é uma deficiência neurológica que já nasce com a criança e se manifesta isoladamente no decorrer de seus anos de vida, mas que conta com tratamentos que auxiliam o sujeito no seu desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e emocional.

Quando nasce uma criança que é diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista, nasce um sujeito como qualquer outro cidadão, e não a deficiência como muitos reforçam ao mencioná-lo. Precisamos estar atentos ao nos referir a uma pessoa com autismo, nesse sentido que encontram-se os equívocos, pois antes de tudo ele(a) é um ser humano e precisa ser tratado como tal, e não como uma deficiência. E desta forma, não foi diferente para Marcos e Carlos.

Marcos e Carlos nasceram no ano de 2003 e 2006, período em que as escolas já estavam com leis claras de inclusão e o transtorno pouco desmistificado pelas escolas e familiares. O TEA já estava mais conhecido e discutido nas áreas educacionais. Com isso, a experiência que vivenciei juntamente com esses dois garotos foi a minha motivação para refletir e estudar sobre esse assunto, analisando e repensando práticas que são realizadas no interior da escola, para que assim pudesse construir uma visão mais abrangente sobre a inclusão e a atuação docente junto a esses sujeitos. No entanto, suas singularidades foram o suporte fundamental para que pudesse descrever aqui as principais características do transtorno.

2.1 UMA VIAGEM NA HISTÓRIA DO AUTISMO

Essa seção tem como enfoque apresentar as primeiras concepções e achados sobre o transtorno até os dias de hoje, desmistificando equívocos que foram criados, abrindo os horizontes para novas possibilidades de compreendê-lo. Por tanto, é fundamental traçar um caminho pela história do autismo, a fim de conhecer algumas questões e promover a inclusão na sociedade.

Em meados da primeira década do século XX, segundo Braga (2018), o psiquiatra Plouffe introduziu pela primeira vez o adjetivo “autista”, o qual estudou um grupo de pessoas que apresentavam um comportamento de isolamento social, com dificuldades na capacidade de

expressar a linguagem, relacionando ao quadro de esquizofrenia¹. Ele citou algumas manifestações que afetavam o desenvolvimento psíquico dos sujeitos, como: delírios, alucinações, alterações de pensamento e afetividade, e diminuição da motivação.

A partir desse período os estudos acerca do autismo intensificaram-se através de observações do comportamento das pessoas. Havia uma grande e intrínseca relação com a esquizofrenia, devido a equívocos criados a partir da concepção de que os indivíduos estariam agindo completamente fora da realidade e padrões exigidos pela sociedade daquela época.

Passados alguns anos, por volta de 1940, pesquisadores ainda não haviam chegado a um diagnóstico preciso para o autismo. Conforme Braga (2018, p.26) “não havia um quadro claramente definido para essa condição diagnóstica; portanto, todas as pessoas com esses comportamentos eram considerados “débeis mentais profundos”, além das confusões com outros termos diagnósticos”. Diante desses fatos, percebemos evidentemente a presença de ambiguidades acerca da concepção da deficiência, comprometendo ainda mais os estudos a serem feitos.

Em 1943 um psiquiatra chamado Leo Kanner observou e analisou o comportamento de um grupo com onze crianças, cujo relatava possuírem um comportamento diferente das demais. A partir dessa análise atribuiu alguns critérios para a condição de suas recentes descobertas, como a solidão e a insistência obsessiva na infância (BRAGA, 2018). Posteriormente, Kanner descreveu os casos das crianças que viviam isoladamente, com estereotípias e resistência às mudanças de rotinas, publicando em artigo *Autistic disturbances of affective contact*. Tais manifestações originaram às crianças a denominação de “autistas”, devido às características apresentadas (ROTTA; BRIDI FILHO; BRIDI, 2018).

Hans Asperger, grande pesquisador na área da psicologia, descreveu casos de algumas crianças que tinham dificuldades em construir amizades e que apresentavam capacidade intelectual normal e superior em alguns casos, as quais poderiam saber mais sobre um assunto (ROTTA; BRIDI FILHO; BRIDI, 2018). Ele denominou o comportamentos desses sujeitos como psicopatia autística, a qual manifestava-se nas crianças como

Uma desordem de personalidade caracterizada pela falta de capacidade empática, baixa aptidão pelas relações sociais e vínculos de amizade, falas focadas em conversações unilaterais, presença de hiperfoco (intenso foco ou interesse repetitivo – interesse monotemático) em assuntos de interesse particularizados e possível presença de movimentos coordenados. Logo, por não haver prejuízos cognitivos mais evidentes,

¹ Esquizofrenia: transtorno mental crônico que se manifesta desde cedo, ainda na adolescência ou no início da idade adulta, atingindo em igual proporção homens e mulheres. (BRAGA, 2018, p. 24)

Asperger via nesse grupo um melhor prognóstico. (DUMAS, 2011 apud BRAGA, 2018, p. 29).

Mais tarde, por meados da década de 1950, começou uma nova e forte corrente ideológica acerca de encontrar influências que pudessem explicar a causa do autismo na vida das pessoas. Foi então que instaurou-se a ideia de que os pais seriam os grandes culpados pelas crianças desenvolverem o autismo, devido a sua falta de estímulos no decorrer de seu desenvolvimento. Dessa forma, a figura materna foi a principal prejudicada, pois eram elas que passavam mais tempo com as crianças e não eram capazes de suprir as necessidades básicas dos mesmos.

Com isso, surgiu a expressão “mãe geladeira” criada pelo Dr. Bruno Bettelheim, o qual não era médico, mas possuía doutorado em história da arte. A partir dessa metafórica teoria, a culpa seria somente da mãe pela dificuldade afetiva de seus filhos (ROTTA; BRIDI FILHO; BRIDI, 2018). Acreditando mudar as condições afetivas e comportamentais dessas crianças, Bettelheim propôs separá-las de seu convívio familiar, encaminhando-as para espaços institucionalizados como sendo a melhor solução para esses casos (BRAGA, 2018).

Por volta dos anos de 1960 já haviam especulações sobre a ideia de que o transtorno seria uma causa de ordem biológica, pertencente ao funcionamento cerebral desde o nascimento das crianças. Em seguida, através de novos estudos feitos, o psicólogo Eric Schopler criticou a teoria do Dr. Bruno, construindo a possibilidade de que o autismo fosse de origem biológica. Ele acreditava que incluir os sujeitos com o transtorno em programas de reabilitação, e, a família como uma extensão desses estímulos, seria a melhor forma de tornar o tratamento eficaz. Outra importante figura na configuração do transtorno foi Michael Rutter, definindo critérios necessários para o diagnóstico do autismo, os quais estavam relacionados com prejuízos na interação social e na fala e comportamentos repetitivos (BRAGA, 2018).

Na década de 80 intensificaram-se os estudos acerca do autismo, o qual foi possível reconhecê-lo e diferenciá-lo da esquizofrenia. Dessa forma, as análises e pesquisas contribuíram para que fosse possível alcançar um melhor e mais preciso diagnóstico, com critérios específicos. Com base nos critérios estabelecidos por Rutter, o autismo passou a ser compreendido como uma nova classe de transtornos do desenvolvimento, denominada transtornos invasivos do desenvolvimento (TID), mais precisamente no DSM-III (ROTTA; BRIDI FILHO; BRIDI, 2018).

Dando continuidade à viagem na história do autismo, em 1994 houve a quarta edição do DSM – DSM-IV, em que o autismo passa a fazer parte do grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), relacionado com alguns subgrupos, como: Síndrome de Rett,

Síndrome de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância – TDI (BRAGA, 2018). Dessa forma, foram incluídas outras condições ao transtorno, conforme os sintomas apresentavam-se nos indivíduos.

No século XXI, e atual vigente, temos a construção do DSM-V, evidenciando maiores envolvimento e estudos científicos na área. Ele passou a apresentar o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento, compreendendo que há uma tríade de sintomas que edificam um quadro de diagnóstico de ordem biológica, o qual compromete algumas funcionalidades do cérebro conforme mencionado anteriormente. Nessa nova edição, o autismo passou a configurar-se como TEA - Transtorno do Espectro Autista, classificando os sintomas pela gravidade em que se apresentam nos sujeitos.

3 INCLUSÃO ESCOLAR: AÇÕES E CONCEPÇÕES

Neste capítulo problematizo e reflito sobre a concepção de inclusão, bem como as políticas públicas que garantem a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular. Será dado destaque a lei do autismo² e também aos aspectos importantes da Lei da Inclusão³, pois esta ao mencionar e tratar o TEA como deficiência possibilita a garantia de todos os direitos das pessoas com outras deficiências.

A educação, conforme afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu artigo 2º é “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996), foi uma conquista que teve passos lentos na sociedade. Firmada por princípios norteadores tem como objetivo fomentar a sua igualdade de acesso e permanência, garantindo a qualidade de ensino para todos os sujeitos que nela fazem parte.

O processo de conquista pela educação garantiu o direito de todo cidadão a frequentar a escolar regular, a qual passou e passa por grandes rupturas em seu formato. A educação básica regular começa a ter outra configuração em seu público alvo. Cresce a cada instante a efetivação de matrículas de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência, cabendo às instituições de ensino rever seu currículo e adotar uma nova prática de ensino inclusiva, visando garantir a educação de qualidade a todos.

Segundo Mantoan (2006, p.17) “tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente”. É necessário fazer uma profunda reflexão acerca das práticas educativas que estão sendo feitas nas instituições de ensino, a fim de rever algumas ações e concepções sobre as pessoas com deficiência.

² Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

³ Lei nº13.146, de 6 de Julho de 2015. Lei esta que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem sido palco de muitas discussões nas diferentes esferas da sociedade. Nela também houve muitas transformações em seu entorno, sendo que por muito tempo, antes de serem aprovadas as leis, pessoas com deficiência era tratados como doentes, os quais eram submetidos ao isolamento social. Atualmente temos leis e políticas públicas que tornam a educação especial uma modalidade da educação escolar, cuja efetivação é preferencialmente no ensino regular.

Dessa forma, a escola passa a ser um espaço que acolhe e valoriza a diversidade de alunos que busca pelo compromisso de uma educação para e de todos com qualidade.

De acordo com Facion (2008, p.65-66)

[...] a implantação de um ensino que possibilite educar de forma inclusiva as diversidades impõem a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discussões e embates entre as mais diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo), em que seja possível refletir sobre que escola queremos construir e que indivíduos pretendemos formar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 sancionada em 1996, firmada nos princípios da Constituição Federal, tem como fundamento padronizar o sistema educacional brasileiro, garantindo o direito à educação, compreendendo a educação básica e ensino superior. Por entre seus escritos temos a Educação Especial como uma modalidade de ensino, o qual em seu capítulo V declara que

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

No entanto, entendemos que os educandos com necessidades educacionais especiais⁴ terão direito a uma educação de qualidade, que propicie seu desenvolvimento conforme suas capacidades. Isso será garantido através de alguns fatores, como: novos currículos e métodos que visem atender as especificidades de cada sujeito; formação especializada de professores para atuar com alunos com deficiência; participação na vida em sociedade; acesso aos programas sociais de apoio suplementar.

⁴ Nomenclatura utilizada em leis para fazer referência a todos os sujeitos da Educação Especial.

Na medida em que os movimentos em prol da educação especial na escola regular tomam força, outra importante política pública foi implantada em 2008, com a finalidade de romper práticas educativas discriminatórias e que sejam desenvolvidas sob o viés da exclusão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) surgiu como uma necessidade de tornar a educação especial parte integrante da escola regular, não mais segregada a instituições especializadas.

A escola, espaço social e de aprendizagem, passou a tornar-se universal, porém, a partir dessa etimologia, muitos paradigmas acerca da sua universalização começaram a entrar em debate. No entanto, sempre foi evidente a seleção de grupos de alunos que aparentemente apresentavam condições de estar neste espaço por apresentar condições de “aprender”, reforçando práticas de exclusão aos alunos com deficiência por não considerá-los dentro do padrão, imposto por uma sociedade discriminativa.

Esta política recém citada tem como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais” (BRASIL, 2008). Desta forma, garante que os sujeitos tenham a possibilidade de frequentar a Educação Infantil até o Ensino Superior, contando com atendimento educacional especializado. Com isso, também estarão assegurados com a formação de professores especializados para atuar na educação especial, tendo condições de frequentar qualquer ambiente que seja adaptado às suas necessidades.

Visando melhorar a qualidade da educação brasileira e superar algumas dificuldades, a fim de promover uma formação mais humanística, científica, cultural e tecnológica, a Lei 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, o qual tem vigência de 10 anos para cumprir-se suas 20 metas estabelecidas (BRASIL, 2014). Conforme tal, a meta 4 declara sobre a educação especial na escola regular

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Dessa forma, para que essa meta venha ser atingida foram criadas algumas estratégias para que as escolas adotem. Dentre elas está implantar salas de recursos multifuncionais, propiciando a formação de professores para o atendimento educacional especializado; manter e promover programas que oportunizam o acesso e permanência nas instituições escolares;

fomentar pesquisas que apoiem o trabalho dos professores da educação básica com os sujeitos com deficiência; promover a inclusão no ensino regular atrelada ao atendimento educacional especializado; e, incentivar o estudo nos cursos de formação docente referenciais teóricos específicos sobre o trabalho inclusivo com sujeitos com deficiência (BRASIL, 2014).

Em julho de 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual tem como princípios a promoção da igualdade de condições de exercer os direitos, constituindo a cidadania, e visando a inclusão social. Esta, considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais e que em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 7).

Nela há algumas incumbências ao poder público de criar, desenvolver, planejar, acompanhar e avaliar. Dentre elas é possível citar: garantir o sistema educacional em todos os níveis e modalidades, com aprimoramento e projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado. Quando houver a necessidade implementar a oferta de educação bilíngue, em Libras, bem como pesquisas e planejamentos de estudos de casos. Ainda, busca garantir a formação e qualificação de professores para o atendimento educacional especializado, a inclusão de conteúdos curriculares, bem como a acessibilidade em todos os ambientes (BRASIL, 2015).

Em se tratando da especificidade do autismo, destaco a Lei 12.764/2 que aborda sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme mencionado no capítulo anterior deste estudo (BRASIL, 2012). Esta lei apresenta os direitos que as pessoas com autismo possuem para terem condições de se desenvolver integralmente, bem como algumas ações governamentais para que os mesmos se cumpram as diversas esferas da sociedade. Dessa forma, é imprescindível mencionar a garantia de contar com um acompanhante especializado na escola, ou seja, a(o) monitor(a), a fim de auxiliar e contribuir no processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos.

No entanto, a inclusão de alunos com deficiência e o atendimento educacional especializado na escola regular tem sido uma transformação ocorrendo de forma gradual no cotidiano das escolas, o qual necessita um pensamento profundo acerca das ações que vêm

sendo desenvolvidas em seu interior, flexibilizando quebrar paradigmas existentes em relação a educação escolar desses sujeitos. Conforme Facion (2008, p.121) “mudar o paradigma significa pensar que queremos uma educação especial para todos e um mundo especial para cada um de nós, em que nosso olhar esteja atravessado pela dignidade e pelo respeito aos outros e às suas diferenças”.

Dessa forma, pensando na perspectiva de mudança no cenário educacional, Mantoan (2006, p. 28-29) e Prieto complementam que

O processo de transformação da escola comum é lento e não pretende gerar maior marginalização do que já existe, abertamente, nas escolas especiais, tais como hoje se apresentam. Para que haja um processo de mudança, cujo movimento rumo para novas possibilidades para o ensino comum e especial, há que existir uma ruptura com o modelo antigo de escola. Porque não há como caminhar com um pé em cada canoa.

Para que a inclusão escolar de sujeitos com TEA aconteça é fundamental a participação e responsabilidade por parte da família, da escola e dos órgãos governamentais garantindo a implantação das leis e sua efetiva aplicação nos meios em que o indivíduo se integra. Com isso, é muito importante que as pessoas e profissionais que convivem e contribuem no processo de desenvolvimento desses sujeitos recebam suporte para sejam orientadas e conheçam sobre o transtorno, gerando uma melhor qualidade de vida.

As leis fazem parte do nosso cotidiano foram instituídas devido uma necessidade da sociedade sobre um determinante. Contudo, é preciso que nós, educadores e profissionais ligados a condicionantes desse transtorno, conheçamos e criamos novos olhares acerca do mundo singular que é o autismo, favorecendo condições para que as pessoas com esse transtorno tenham condições de viver dignamente, exercendo cidadania na sociedade.

3.2 DA ESPERANÇA À REALIDADE: A LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA

Esta seção tem como objetivo apresentar e analisar a Lei 12.764 promulgada em 2012 referente a inclusão de pessoas com autismo na sociedade. Conforme mencionado no capítulo anterior o autismo não é um novo transtorno do neurodesenvolvimento, em virtude de que já houve vários indícios e estudos científicos que comprovaram sua existência desde o século passado. Com isso, faz-se necessário buscar conhecer suas implicações no contexto atual, uma vez que os índices de sua prevalência aumentam cada vez mais.

Atualmente todas as pessoas têm o direito à saúde, qualidade de vida e a participar na sociedade, tendo condições de desenvolver habilidades cognitivas, sociais, afetivas e culturais. Para que isso aconteça é fundamental que os órgãos públicos tornem vigente leis que edifiquem tais condições aos sujeitos. Dessa forma, pensando na inclusão de pessoas com deficiência, neste caso o autismo, temos uma grande lei que ampara-os, a qual tem como objetivo abdicar práticas excludentes em todos os âmbitos da vida social.

Conforme afirmam Caminha, Huguenin, Assis e Alves (2016, p.12) “a esperança é o motor de quem convive com o autismo”. A esperança está no sentido de poder levar uma vida normal com seu filho, realizando atividades do cotidiano que todo pai e mãe sonham. Eles esperam muito por condições de vida que os permitam ser incluídos e não excluídos das atividades, livres da discriminação.

No Brasil, a caminhada pela esperança foi e ainda continua sendo uma constante luta, a qual contou com esforços de muitas pessoas, principalmente de famílias, para acontecer. Porém, foi em dezembro de 2012 que um importante fato marcou a história dessa caminhada, atribuindo ainda mais esperança na vida de quem tem e convive com o TEA. A publicação da Lei 12.764 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida também como a Lei Berenice Piana.

A lei possui esse nome devido ao esforço dessa mulher, mãe de um menino com autismo que estudou muito sobre o transtorno e começou a procurar ajuda de governantes para que ele tivesse condições de vida dignas. Foram muitas viagens a Brasília até conseguir a convocação para a primeira audiência pública, na qual começou a se desenrolar as primeiras diretrizes. Foram dois anos tramitando em julgado até ser sancionada e aprovada, e desde então continuamos na batalha para a sua aplicação.

O primeiro artigo desta lei é o que a sustenta e baseia, o qual busca evidenciar o que é o transtorno, e traz uma breve explicação sobre a tríade de sintomas: dificuldade nas interações sociais/linguagens, na comunicação e a persistência em padrões repetitivos no comportamento. No segundo parágrafo deste mesmo artigo é que se concentra boa parte da esperança de quem convive com o TEA, pois afirma que “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012).

O reconhecimento como pessoa com deficiência abriu muitas portas para as pessoas com autismo que antes eram fechadas, e muitas vezes negada a sua existência. Esta ação de reconhecer possibilitou a inserção na sociedade em suas múltiplas esferas, garantindo a oportunidade de tratamentos para amenizar os sintomas, e conseguir participar na sociedade.

No art. 2º estão sancionadas algumas diretrizes para o cumprimento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Nelas estão explicitadas medidas protetivas que as pessoas com o transtorno possuem, ou seja, no que diz respeito à participação na comunidade; atenção à saúde, com prioridade no diagnóstico preciso, e com isso, acesso a tratamentos e medicamentos; sua inserção no mercado de trabalho; a busca por informações sobre o transtorno e suas implicações; o incentivo na formação de profissionais especializados que atuam no atendimento desses sujeitos – psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, professores, fisioterapeutas entre outros, bem como para as famílias. São de responsabilidade do poder público garantir que as diretrizes sejam aplicadas na vida dos sujeitos.

O terceiro artigo da lei apresenta os direitos que a pessoa com o TEA possui. Ele evidencia nos primeiros incisos direito à vida digna, a proteção a qualquer forma de abuso e exploração, demonstrando também algumas ações e serviços em prol de seu desenvolvimento e suprimento de necessidades, no que diz respeito ao “a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento” (BRASIL, 2012).

Garantir o acesso a todos esses direitos irá acarretar em uma mudança intrínseca em todas as dimensões da sociedade. Desde o diagnóstico até o acesso as informações implicam em uma soma de esforços dos profissionais da saúde, bem como do poder público para oferecer suporte necessário ao indivíduo com o transtorno. Porém, não se trata apenas subsidiar o acesso, é preciso garantir a permanência desses direitos por toda sua vida, permitindo que ele cresça, se desenvolva e envelheça com as mesmas condições do que uma pessoa sem nenhuma deficiência.

No inciso IV, os direitos visam garantir o acesso “a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social” (BRASIL, 2012). No entanto, no campo da educação ainda temos muito o que evoluir e lutar, visando garantir ambientes que se adequam a realidade do aluno, investindo no aperfeiçoamento e formação de professores para desenvolver um trabalho que possibilite condições de aprender. Não basta fazer cumprir leis e aplicá-las em seu cotidiano, mas sim ir além do que os direitos nelas afirmam. Compreender os sujeitos em sua totalidade e particularidade requer um esforço maior das escolas e, principalmente do grupo de profissionais que trabalham com os mesmos.

Ainda no terceiro artigo temos o parágrafo único que muitas vezes se torna um paradigma em algumas escolas, afirmando que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa

com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012), o qual evidencia que o sujeito tem o direito e precisa de uma pessoa que permaneça consigo durante o período que estiver na escola regular. Nesses casos, quem realiza o papel do acompanhante é o(a) monitor(a), mas, por muitas vezes, sem nenhuma formação especializada para acompanhar o aluno com autismo pois a lei não indica a formação para tal suporte. Este, por sua vez, deverá ser contratado pela instituição, em caso de rede privada, ou nomeado por órgãos governamentais, nos casos da rede pública, sendo sob total responsabilidade da escola arcar com as necessidades.

O Art. 4º fortalece a concepção que todos nós que lutamos pelos direitos das pessoas com o transtorno temos, o qual impede que os indivíduos venham a sofrer tratamentos desumanos, sendo privados de conviver livremente ou no convívio familiar, evitando qualquer tipo de discriminação em virtude da deficiência. Sem dúvidas a discriminação é uma questão que aflige muitas famílias e profissionais que convivem com os indivíduos, pois são barrados de participar da vida cotidiana junto às demais pessoas devido possuírem condições especiais de vida.

Com isso, o Art. 5º vem para somar e impedir que a discriminação impossibilite a pessoa com o transtorno de participar em planos privados de saúde em virtude da sua condição de deficiência. E, ainda, o Art. 7º afirma que, o responsável pela gestão escolar que negar a matrícula do aluno com transtorno do espectro autista, ou outra deficiência, sofrerá punições conforme forem apurados os fatos. Dessa forma, a lei garante que o aluno com o transtorno tem direito a matrícula em qualquer instituição de ensino, preferencialmente na escola regular.

Esta luta está longe de ser concluída, ela perpassa a todo tempo em todos os âmbitos da vida de uma pessoa com autismo. A esperança da mãe Berenice Piana também é a nossa esperança, e, precisamos dar continuidade aos seus esforços garantindo o direito à cidadania a todos os sujeitos.

Com isso, temos a grande novidade do ano de 2019 promulgada na Lei 13.861, a qual inclui as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos (BRASIL, 2019). Dessa forma, poderão ficar mais evidentes à população a expectativa de pessoas com o transtorno, oportunizando a criação de novas políticas públicas que garantam sua inclusão na sociedade e o acesso a terapias de tratamento. Atualmente não temos dados oficiais sobre pessoas com TEA no Brasil, em virtude de que a lei foi aprovada em julho deste ano.

4 FORMAÇÃO PARA ATUAR COM ALUNOS COM TEA

Neste capítulo apresento os resultados da pesquisa de campo, faço uma análise dos dados da entrevista realizada com a monitora que acompanha um aluno com TEA e com a professora da Educação Infantil de uma escola da rede privada no município de Santa Rosa. Para tal, realizei uma pesquisa bibliográfica como embasamento das informações e observação de sua atuação em sala de aula.

Conforme citado no primeiro capítulo deste estudo, no que diz respeito à Lei 12.764/12, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012). Dessa forma, instituiu-se a Nota Técnica 24 da Diretoria de Políticas de Educação Especial do MEC, com orientações para que as instituições de ensino implementem tal lei, a qual afirma legitimidade para todas as redes de ensino, públicas e privadas, ficando sob sua responsabilidade arcar com os custos do mesmo, e vedada a extinção dessa obrigação (BRASIL, 2013).

Assim, pensar em educação, inclusão e políticas públicas suplica uma ampla dimensão de conceitos que precisam ser conhecidos por todos que participam da vida dos sujeitos com deficiência, seja fisicamente ou lutando para melhorias nas condições de desenvolvimento integral dentro da sociedade. Logo, Mantoan e Prieto (2006, p. 35) afirmam que

O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do *locus* do atendimento desse alunado.

Desse modo, a inclusão pressupõe fazer parte de um grupo, neste caso de um grupo de pessoas. A inclusão na escola regular não está condicionada apenas na permanência do sujeito com os demais alunos na sala de aula, mas sim remete uma reorganização do sistema de ensino que favoreça os serviços especializados, valorizando as especificidades e atendendo suas necessidades.

Na turma em que Maria⁵ atua como monitora há 14 alunos de 4 anos de idade, uma professora regente, e mais uma monitora para acompanhar as demandas da turma. Dentre suas funções incumbe-se de acompanhar Bruno⁶ em todas as suas atividades no cotidiano escolar. Não se trata de segurar em sua mão e levá-lo ou fazer por ele alguma atividade, mas sim, de orientá-lo para que desenvolva as propostas conjuntamente com os demais. Quando Bruno apresenta necessidade de ir ao banheiro Maria acompanha todo processo, sempre mostrou-se resistente em fazer suas necessidades no banheiro, local apropriado demandando muita paciência. Ela utiliza-se de muito diálogo e gestos de apontamento para comunicar-se com o menino, solicitando que ele aponte e mostre seus desejos e necessidades, já que há ausência da linguagem verbal.

Durante o recreio Maria auxilia, também, no cuidado das demais crianças que estão no pátio, mas sem perder Bruno de vista. Quando percebe que ele apresenta-se desorientado junto às demais crianças procura-o, conversa e busca incluí-lo no círculo dos colegas. Conforme estabelecido nas orientações da Nota Técnica, é uma responsabilidade da escola efetuar a matrícula de alunos com TEA, oportunizando o acesso a monitoria, alegando que

O serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o serviço da monitoria visa ampliar as oportunidades de aprendizagem dos sujeitos, realizando um trabalho minucioso que requer muita paciência. A monitoria precisa ter clareza em suas ações, bem como foco no objetivo a ser alcançado através de práticas que desenvolve junto aos sujeitos. O trabalho realizado não pode ser substitutivo de qualquer outro setor/função que o aluno tem direito ao acesso, como o caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da atuação direta do professor, mas sim, algo que vem somar no processo de aprendizagem, articulado com as atividades de escolarização vivenciados na escola.

Com isso, as orientações para implementação desse serviço de apoio na escola regular, destacam que:

⁵ Maria (fictício) é monitora de Bruno aluno com autismo na Educação Infantil. Ela é acadêmica do curso de Licenciatura de Educação Física, a qual o acompanha pelo segundo ano consecutivo.

⁶ Bruno (fictício) aluno com TEA na Educação Infantil.

- Destina-se aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social;
- Justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes;
- Não é substitutivo à escolarização ou ao atendimento educacional especializado, mas articula-se às atividades da aula comum, da sala de recursos multifuncionais e demais atividades escolares;
- Deve ser periodicamente avaliado pela escola, juntamente com a família, quanto a sua efetividade e necessidade de continuidade. (BRASIL, 2015).

A organização desse serviço de apoio é de exclusiva responsabilidade da escola, visando ofertar momentos de qualificação na formação do profissional. Ele precisa ser instruído pela parte gestora do ensino, bem como orientado acerca das funções que lhe incumbem. Como mencionado anteriormente, os seus serviços não substituem a ação pedagógica do professor no processo de aprendizagem, mas sim tem como objetivo apoiar o sujeito em situações que lhe forem necessárias, principalmente quando não conseguir desempenhá-las com autonomia.

Maria considera que o seu trabalho como monitora de um aluno com autismo na escola regular é desafiador, pois nem todas as crianças com autismo são iguais umas das outras. Ao mesmo tempo que considera desafiador, compreende que também é muito importante para o processo de desenvolvimento deles. Através da professora regente busca conhecimento a fim de superar as dificuldades enfrentadas no caminho.

O cotidiano da sala de aula é marcado por diversas experiências que promovem a aprendizagem das crianças, porém, surgirão obstáculos que tornarão esse processo um tanto mais complexo.

O trabalho com Bruno é muito desafiador, pois tem dias em que ele está mais calminho e tem dias que ele é agitado, e precisamos ter uma maneira de trabalhar com ele. Precisa de muita paciência! Não é sempre que ele consegue realizar as tarefas como imaginamos, pois ainda não consegue estabelecer algumas noções que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Quando ele está nervoso, preciso, primeiramente, acalmá-lo para iniciar as atividades, abraçando, pegando no colo, demonstrando gestos de carinho ou realizando um passeio (MARIA, 2019).

As dificuldades enfrentadas durante o acompanhamento do Bruno é quando chora e grita descontroladamente, demonstrando resistência em ouvir quando solicitado a parar. Nesses momentos procura afastá-lo da atividade que está sendo realizada com os demais colegas para tentar acalmá-lo, e, em outro momento, retoma-a para que consiga fazer dentro de suas possibilidades. Quem orienta-o nessas ocasiões é a monitora, porém, quando a atividade é mais minuciosa, a professora titular auxilia na execução a fim de perceber suas potencialidades e dificuldades.

Maria afirma que, apesar de seu trabalho ser desafiador gosta muito de desenvolvê-lo na escola, pois percebe que a criança já estabeleceu uma referência consigo, o que torna as vivências mais significativas.

Dessa forma, assumir novas práticas frente a desafios é muito importante para a progressão do aluno e de quem o acompanha, ressignificando o conceito de educar. No entanto, Rapoli, Mantoan, dos Santos e Machado (2010, p.9) afirmam que esse caminho é longo e complexo:

Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

É essencial que o profissional responsável pela monitoria receba acompanhamento dos profissionais que atuam com a Educação Especial na escola, como a psicopedagoga do A.E.E., oportunizando momentos de compartilhamento de vivências e auxílio frente às dificuldades encontradas no cotidiano. Além disso, precisa estar em constante diálogo com a professora regente responsável pelo ato de educar o sujeito.

Maria é uma monitora que apresenta conhecimento sobre o transtorno do espectro autista. Na sua concepção o TEA é

Um termo que é utilizado para descrever uma série de transtornos que comprometem o funcionamento e o desenvolvimento do cérebro. Ele compromete as capacidades sociais dos sujeitos. As crianças apresentam algumas dificuldades, como: compreender regras da sociedade, comunicação verbal e não verbal restrita, bem como nas intenções com as pessoas ao seu redor em relação a demonstração de afeto.

É muito importante buscar conhecimento e informações através de cursos, leituras, análises e reflexões. Estar atento às mudanças ocorridas na sociedade visa acolher a inclusão na escola regular de maneira ampla, promovendo condições para que o sujeito possa aprender e desenvolver-se em suas diferentes capacidades.

4.1 A ATUAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

“O autismo é um desafio diário, uma realidade que está constantemente sendo descoberta” (Helena, 2019)⁷.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, atende crianças de 0 a 5 anos de idade. É nesta etapa de ensino que as crianças terão suas primeiras socializações fora do contexto familiar. Para isso, pensamos na concepção de criança, a qual é um sujeito em constante desenvolvimento.

O professor de Educação Infantil precisa saber que os eixos estruturantes dessa etapa são as interações e as brincadeiras. A partir dessa concepção, o docente irá organizar suas práticas pedagógicas assegurando condições para que as crianças possam aprender e desenvolver um papel ativo em seu processo de aprendizagem, construindo significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BNCC, 2017, p.33).

Para Helena trabalhar com Educação Infantil é fundamental conhecer o desenvolvimento das crianças. Ela afirma que nenhum professor poderia dar aula se não conhecer quais são as fases do desenvolvimento infantil. Ser professor acarreta em construir conhecimentos específicos sobre a arte de ensinar, possibilitando qualidade em suas ações pedagógicas.

Para desenvolver bem seu trabalho Helena conta que buscou se preparar para trabalhar com Bruno. Apesar de suas especializações em Educação Especial nunca havia tido em sala de aula um aluno com autismo, e quando soube que iria ser professora de Bruno, no final do ano de 2018, pensou: E agora? Vamos estudar!

Quando eu soube que seria professora do Bruno fiquei feliz e pensei: vamos lá, preciso estudar. Antes de terminar o ano letivo de 2018 comecei a ter contato com Bruno em sua turma, conversando com a professora e sua monitora. Busquei suporte com a coordenadora para conhecer mais sobre sua família e atendimentos que realiza fora no ambiente escolar. Nas férias comecei a estudar e a assistir todas as terapias que Bruno realiza, e tive a plena convicção de que ele não estaria aqui por estar! Buscando esses recursos eu teria um embasamento para saber o que fazer e orientar o trabalho de Maria como sua monitora. Conhecendo a realidade e se aproximando dele, obtive subsídios para compreender até onde poderia ir em suas estimulações (HELENA, 2019).

⁷ Helena (fictício) é professora de Bruno. Ela é formada no Curso Normal, graduada em Licenciatura em Pedagogia, possuindo especialização em Educação Especial e A.E.E. - Atendimento Educacional Especializado, e pós graduação em A.E.E.

A inclusão mexe com a identidade do professor a cada momento, possibilitando que a da criança possa ser construída. Ele precisa cativar no sujeito uma expectativa em relação ao seu processo de ensino e aprendizagem, e, jamais desistir, buscando novas oportunidades e condições de aprender.

No contexto da sala de aula observei que Bruno possui as mesmas condições de acesso e permanência que seus demais colegas. Possui uma mesa com seu nome, material didático da rede e seu material individual de produção, como também possuem as demais crianças. Nos momentos de rodas de conversa e atividades dirigidas em ambientes externos participa da escuta com os colegas, professora, o qual fica sentado na roda junto com os mesmos, ao lado da monitora, porém, devido à ausência de sua vocalização não expressa a linguagem oral.

Mantoan (2006, p. 23) faz menção sobre as ações que o professor desenvolve propiciando aos demais alunos da escola a convivência com as diferenças, o qual afirma que “nossas ações educativas têm como eixos no convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula”. É muito importante favorecer momentos em que seja possível construir laços de respeito e cordialidade entre os colegas através do convívio social, ao mesmo tempo que estimula o sujeito com autismo a conviver com as outras pessoas.

Nas atividades que envolvem o material didático da rede privada Bruno precisa ser orientado o tempo todo para realizar a tarefa dentro do espaço delimitado, e supervisionado para não colocar materiais cortantes na boca. Maria (monitora) está ao seu lado oferecendo os materiais que possui, deixando que Bruno tenha a iniciativa de escolher com qual quer realizar a atividade, enquanto a professora passa por todos os colegas orientando o observando o desenvolvimento de todos.

Helena retrata que quando quer realizar uma atividade mais dirigida e intencional com estimulação com Bruno solicita que Maria acompanhe o restante da turma enquanto ela desenvolve o trabalho com o mesmo. Dessa forma consegue ter uma aproximação maior com a criança, identificando suas potencialidades adquiridas e dificuldades a serem superadas, a fim de organizar seu planejamento para atender às suas necessidades.

As escolas que trabalham na perspectiva da inclusão consideram as necessidades de todos os alunos, organizando o sistema de ensino. No entanto, é preciso avaliar não somente o que a criança aprendeu e não aprendeu, mas também a forma como a escola está ensinando. Para começar essa transformação precisamos considerar a pluralidade existente nas escolas e suas manifestações, construindo um novo modo de educar.

Quando questionada sobre como desenvolve o processo de inclusão com Bruno em sala de aula menciona que ele vivencia todas as atividades.

Todas as crianças com autismo agem diferente, existindo vários perfis. Eu procuro adaptar todas as atividades para que ele consiga ter condições de desenvolver, através de estímulos visuais, olhar, perceber os objetos, figuras e imagens, e estimulando a oralidade. Cada comando para ele é diferente, por isso preciso me reorganizar na forma de dirigir e solicitar algo a ele. Eu estou estudando sempre (HELENA, 2019).

O ensino inclusivo remete a um grande e importante avanço nas práticas educacionais, uma vez que permite a atualização e aperfeiçoamento por parte dos professores em suas ações sócio-educativas organizando as escolas para que possam atender as especificidades de cada aluno, neste caso aqueles que possuem o TEA. Não existe uma maneira correta e comum de trabalhar com os sujeitos com autismo, pois todos são diferentes em suas manifestações singulares. Dessa forma, Mantoan (2006, p. 47) assegura que

A inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites, e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

Torna-se conveniente analisar a forma como vem acontecendo o ensino nas escolas, oportunizando condições para que todos possam aprender e se desenvolver em boas condições. Com isso, torna-se essencial valorizar os professores através de aprimoramentos em sua formação para que sintam-se motivados a estar em constante reinvenção.

É preciso, como a professora mencionou anteriormente na entrevista, conhecer a criança e o seu desenvolvimento para que assim possa propor um ensino de qualidade que privilegie a construção de novas ações e conhecimentos, os quais precisam ter objetivos e fazer sentido para a criança.

A sala de aula que Bruno frequenta possui uma intencionalidade pedagógica que aproxima as crianças com sua realidade, trabalhando a partir de suas curiosidades e manifestações da infância, construindo cantos temáticos. No início da tarde, após o lanche ou em outro momento orientado pela professora as crianças têm a oportunidade de explorar esses espaços na sala. Quando Bruno manifesta ações em que está mais agitado adentra nesses espaços e fica na seguinte posição: deitado de bruços com os braços embaixo da barriga, buscando uma reorganização, uma forma de acalmar-se. A professora Helena menciona que

quando isso acontece ela dedica um tempo para que ele fique nesse espaço e desta forma, pois é uma maneira própria de buscar sua organização.

Um professor que busca aproximar-se das crianças conhecendo suas potencialidades e dificuldades vivencia juntamente com elas cada tempo e espaço de seu desenvolvimento. Compreende com mais facilidade onde estão suas fragilidades, propondo a construção de novos métodos para estimular seu desenvolvimento.

Ainda sobre a inclusão a professora afirma que ela tem muitos aprendizados com as crianças. Justifica que Bruno é muito comportamental, e que precisa de firmeza e foco em suas ações, “se eu colocar muito a rotina ele não vai aceitar uma mudança depois” (HELENA, 2019).

Conforme citado no primeiro capítulo desse estudo sobre as disfunções comportamentais do autismo, evidencia-se o apego à rotina. No entanto, a professora Helena nos traz a convicção de que possui clareza em suas ações, mediando a maneira em que favorece o desenvolvimento do seu aluno.

Uma das barreiras enfrentadas para mudar o cenário educacional hoje é a forma como lidamos com as dificuldades e desafios que nos são propostos no cotidiano escolar. Esconder ou atenuar o que está acontecendo para não abolir a forma de ensinar que sempre tivemos não é um caminho que podemos seguir. É necessário ter coragem e responsabilidade para assumir a realidade do contexto educacional, acreditando em nosso potencial como professores e agentes que possuem a capacidade de transformação social pela educação. Além disso, obtemos a centralidade no processo de desenvolvimento daqueles que esperam todos os dias por nossas ações, as crianças.

Sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano relata que a principal delas é conseguir a atenção. Para olhar e participar ele precisa que alguém conduza-o, caso contrário não consegue focar no momento ou atividade. No entanto, ela esclarece que possui um desejo muito forte a ser realizado mediante as práticas que desenvolve.

Eu quero muito que ele desenvolva o convívio social. Percebo que no parque está começando com uma interação social, pegando na mão de um colega e conduzindo para algum lugar. Estou muito realizada! Esse convívio social que me refiro é, também, ele saber como a sociedade vive, que existem regras, combinados, e que em tudo isso está presente. Quando eu vou no banco preciso aguardar minha vez para ser atendido, então ele precisa controlar essas emoções e o comportamento. Que ele consiga se defender sozinho; quando adulto ir no mercado; participar de uma festa de aniversário (HELENA, 2019).

A inclusão abre muitas portas para o desenvolvimento de uma nova sociedade, de uma nova escola e de um novo professor, em virtude de que continuar com as mesmas práticas não

se torna mais aceitável mediante tantas mudanças. Ela não traz soluções e nem qual o caminho certo a ser seguido, mas proporciona que todos os sujeitos com necessidades especiais, e em especial o autismo tenham o acesso ao cotidiano escolar. Para isso, Mantoan (2006, p. 36) contribui em suas reflexões sobre a inclusão

Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada, sem motivos.

A professora aborda a importância da monitoria no processo de ensino e aprendizagem do aluno com autismo como fundamental. Ela argumenta que nessa idade não tem como desenvolver um trabalho educativo e pedagógico sem a presença da monitoria, pois não consegue conduzir a turma e Bruno ao mesmo tempo, devido a ele ainda não ter a parte comportamental organizada. Dessa forma, sem a presença de Maria no momento da atividade ele corre, dispersa-se e não vai caminhar junto com os colegas.

Buscar aperfeiçoamento na caminhada docente é primordial para que se crie dinamicidade na arte de ensinar. Quando um aluno com necessidades especiais tem sua matrícula efetivada em uma turma é responsabilidade do professor, e por vezes também da gestão da escola, procurar aperfeiçoar sua formação para ter condições de proporcionar um ensino inclusivo e que valorize as necessidades das crianças. Porém, evidencia-se que infelizmente alguns professores apenas procuram formações para trabalhar com necessidades especiais como uma maneira de resolver possíveis problemas ou dificuldades que poderão surgir no caminho. Essa perspectiva passa a fazer parte de apenas mais uma capacitação que busca torná-lo um professor que trabalha com a inclusão, e não com a reforma de suas práticas e concepções.

A formação continuada do docente precisa ser um ato que se inicia e continua ao longo da carreira do magistério, e ela, segundo Veiga, precisa ser tratada como um direito (2008, p. 15). É um processo em permanente construção, o qual visa rever algumas práticas, avançar em conceitos historicamente construídos, e buscar por novos conhecimentos que estão emergindo das esferas educacionais. Não tenho dúvidas de que ser professor implica em um constante movimento de estudar.

Preparados nunca estaremos, mas podemos criar situações motivadoras e significativas em nossas práticas de ensino através da busca de novos conhecimentos constantemente. “A promoção de uma postura reflexiva e crítica, por meio da apropriação de conhecimentos,

proporcionará a esse profissional condições de se posicionar e atuar com responsabilidade e autonomia, reivindicando uma educação que respeite os ideais de uma sociedade justa e democrática” (FACION, 2008, p. 166).

Facion (2008) também acredita que a formação de alguns professores é inoperante. Por mais que seja realizado curso superior em Pedagogia para atrelar a formação do magistério é possível evidenciar que os professores praticam muito pouco do que aprendem. As razões para isso estão ligadas ao excesso de trabalho e a falta de recursos pedagógicos. Este não é o caso de Helena. Conforme mencionado anteriormente, ela possui plenas condições de ensinar e desenvolver inúmeras habilidades com Bruno, graças a sua formação continuada pedagógica, estudos diários, apoio da gestão escolar e amplo acervo de recursos pedagógicos.

Os professores são desafiados constantemente em relação às expectativas que criam a aprendizagem das crianças, principalmente com TEA. Frustrações, erros e tropeços irão fazer parte de sua caminhada, mas o mais importante é ter a consciência do trabalho que está sendo desenvolvido para que essa criança se desenvolva e tenha as mesmas condições de acesso e permanência na escola regular. Para que aconteça uma educação de qualidade é preciso muita dedicação e responsabilidade do professor. Dessa forma, o sentido de suas ações são marcadas, principalmente, pelas marcas que sua(s) formação(ões) lhe deixaram, e, também, pelo avaliação permanente de suas práticas, favorecendo para que de fato ocorra a inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o processo de inclusão nas escolas regulares vem sendo pauta de muitas discussões na esfera educacional. Todos os sujeitos com alguma deficiência ou transtorno conseguiram, através de muitas lutas de pessoas envolvidas e preocupadas com o seu processo de formação, a preferência da matrícula em instituições de ensino regulares, não mais apenas em instituições especializadas. Nesse novo cenário educacional encontramos o autismo, enfoque de estudo desta pesquisa.

O avanço nas leis e decretos aconteceu de forma gradual, os quais estão efetivados hoje para melhorar as condições de acesso e permanência nos diferentes espaços que compõem a sociedade. Dentre eles temos a lei específica do autismo, a qual retrata a esperança e luta de uma mãe para que seu filho e as demais pessoas com autismo possam ter uma educação de qualidade e igualitária aos demais, como também oportunidade de participar na vida em sociedade.

A inclusão nos faz criar um novo olhar para as pessoas, este, por sua vez, visa valorizar as especificidades de cada um. Todos nós somos únicos, e uma criança com autismo também se torna única em sua maneira de ver, sentir e compreender o mundo. Constatei esse fato ao relatar os casos de Carlos e Marcos, ambos sujeitos com autismo, mas completamente diferentes em suas manifestações. Eles foram muito importantes em minha trajetória de constituição como pedagoga, permitindo-me estudar mais, conhecer sobre o assunto e escolher o tema desta pesquisa.

Com o estudo e aprofundamento das leis que amparam os sujeitos com autismo verifiquei que elas garantem a inclusão nas escolas regulares, processo pelo qual já evoluímos muito, porém ainda temos que avançar no que se diz respeito a algumas práticas que são realizadas dentro das escolas. Elas existem para que as escolas conheçam os direitos dos sujeitos e se apropriem do que abordam, criando novas condições para que este passe a frequentar, participar e aprender com qualidade.

Penso que as escolas sozinhas não conseguem uma transformação de fato na realidade em que vivem as pessoas com TEA. É preciso a soma de esforços governamentais para que se efetive de fato as políticas públicas de inclusão em seu interior, quebrando com contextos de marginalização e repressões de exclusão pelas diferenças. Vemos crescer a cada instante a matrícula de pessoas com autismo nas escolas regulares, o que nos inquieta: como a escola está se reorganizando para recebê-los? Quais são as medidas tomadas para que se trabalhe com as diferenças? Qual o lugar do professor nesse processo? São muitas perguntas referentes ao

movimento de incluir, mas não podemos perder a centralidade que está no ato de ensinar respeitando suas necessidades.

Nesse sentido, a monitora de Bruno, Maria e sua professora Helena foram essenciais para responder a essas inquietações e contribuir para a construção dos conhecimentos elencados. O acompanhamento que é feito por Maria é o direito que Bruno, criança com TEA conquistou, o qual está amparado pelas leis, porém ele não é sinônimo de que a inclusão está sendo feita. Podemos perceber que o processo de inclusão está acontecendo através das práticas que a escola e, principalmente o professor, estão desenvolvendo.

O professor é a base do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, em especial daqueles que possuem TEA. Seus esforços, buscas de conhecimento e aperfeiçoamento irão refletir na criança através de novas práticas de ensino, gerando esperança e real convicção de que todos têm condições de aprender. Essa busca de conhecimento não está atrelada a buscar respostas, mas sim referências sobre a especificidade em destaque, obtendo segurança e autonomia para praticar o que aprendeu conforme o seu contexto exigir.

No entanto, a partir desta pesquisa ficou evidente que Bruno tem todas as condições de desenvolver-se nos aspectos sociais, afetivos, cognitivos e motores na escola. Tanto a professora quanto a monitora trabalham junto para promover momentos significativos que contribuam para a sua formação. Contam com o apoio da equipe gestora e profissional do A.E.E. para compartilhar vivências e buscar subsídios de novas metodologias.

A formação docente é um constante movimento na caminhada do professor. Ela precisa acompanhá-lo mesmo depois da conclusão do ensino superior, caracterizando as formações continuadas e especializações. Porém, precisa visar construir conhecimento e não somente mais uma certificação. Ela vem ao encontro às demandas que seu contexto abrange, quebrando paradigmas, possibilitando rever algumas ações e ressignificando o papel do professor na aprendizagem das crianças.

Nesse sentido, para que consigamos consolidar uma educação inclusiva nas escolas regulares é fundamental conhecer toda condição que caracteriza um sujeito com autismo. O trabalho realizado com eles é desafiador, pois cada um se manifesta em sua singularidade, e não existe uma única forma de conduzir todos. Para que a inclusão de fato aconteça é preciso um movimento que valorize a formação docente, investindo no processo de qualificação profissional envolvendo toda sociedade nessa tarefa.

É primordial que o professor busque aproximar-se das crianças, reconhecendo suas necessidades para traçar quais serão suas ações a serem desenvolvidas. Romper com a forma tradicional de trabalhar é uma das dificuldades enfrentadas na realidade atual, uma vez que toda

criança, seja ela com ou sem deficiência aprende no seu tempo, e na sua forma. Respeitar, acolher e valorizar essa pluralidade implica em buscar novos mecanismos para que aconteça a aprendizagem.

Dessa forma, concluo esta etapa salientando que a atuação docente é um grande processo que passa por muitas mudanças, essas, por sua vez, podem vir acarretadas por desafios e inseguranças. Ser professor é uma arte. Arte essa que carece estar em pleno desenvolvimento e reestruturação de práticas, as quais podem ser possíveis através de estudos e aprimoramentos na qualificação docente. Quando temos consciência disso temos a oportunidade de favorecer uma vida mais digna às crianças, dentro de suas especificidades e necessidades.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Wilson Candido. **Autismo: azul e de todas as cores: guia básico para pais e profissionais**. São Paulo: Paulinas, 2018.

BRASIL, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL, Lei 13.861 de 18 de julho de 2019. **Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm>. Acesso em 10 nov. 2019.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_12764.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

BRASIL, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em 28 set. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

CAMINHA, Vera Lúcia; HUGUENIN, Julliane; ASSIS, Lúcia M. de; ALVES, Priscila Pires. **AUTISMO: vivências e caminhos**. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391329/completo.pdf#page=12>>. Acesso em 07 set. 2019.

DSM-V. American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2014)**. Disponível em: <<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnosico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2019.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. In: PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORIN, Edgar. ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (Org.) **Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Plasticidade cerebral e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. D'Ávila, Cristina Maria (Org.). **Profissão docente: Novos sentidos, novas perspectivas**. São Paulo: Papirus, 2008.